

O TEMPO DO BRASIL NA INTEGRAÇÃO REGIONAL¹

Maria Cristina Cacciamali²

Amaury Patrick Gremaud³

Pedro Silva Barros⁴

Este nº 30 da *Revista Tempo do Mundo* tem por objetivo debater a atualidade do imperativo constitucional definido no parágrafo único do art. 4º de que “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (Brasil, 1988). A Constituição de 1988 inovou ao transformar o projeto latino-americano de integração para a lei maior do Estado brasileiro. As constituições anteriores não abordavam o tema. E, mesmo na política externa brasileira, o tema da integração latino-americana havia entrado na agenda apenas nos anos 1960 e sofrido alguns reveses em função das dificuldades de implementar a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc) e da ascensão dos regimes militares na região, que, por vezes, estimularam as rivalidades interestatais.

De fato, durante o período colonial e no império, os principais vínculos externos do Brasil estavam na Europa e na América do Norte. Os vizinhos sul-americanos eram percebidos como ameaça às fronteiras e fonte de instabilidade em função dos seus conflitos internos após a independência. Do mesmo modo, os vizinhos enxergavam o Brasil como ameaça por ser o único império entre as várias repúblicas sul-americanas. A introdução da República não foi suficiente para dirimir esse temor, porque, como maior país da região, o Brasil era percebido como um centro de poder importante e ameaçador. Ao longo do tempo, porém, os governos republicanos do Brasil foram se aproximando mais dos vizinhos e buscando estabelecer políticas regionais de cooperação, desde o pacto ABC, firmado entre Argentina, Brasil e Chile, em 1915, passando pela agenda bilateral Argentina-Brasil no período Perón-Vargas, pela criação e apoio à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), no imediato pós-Segunda Guerra, até o estabelecimento da Alalc, em 1960. Apesar das limitações do período da Guerra Fria, ainda assim foi possível estabelecer o Tratado

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm30apresenta>

2. Coordenadora deste número.

3. Coordenador deste número.

4. Editor da revista.

de Cooperação Amazônica (TCA), em 1978 (Filippi e Macedo, 2021), e a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em 1980.

A redemocratização trouxe expectativas de mudanças nos diferentes países da região, inclusive em termos de política externa. Nesse aspecto, foi fundamental o movimento de aproximação entre Brasil e Argentina para superar sua tradicional rivalidade mútua que, poucos anos depois, levou à criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Foi nesse contexto que se viabilizou o projeto do deputado federal e ex-governador de São Paulo, André Franco Montoro, de colocar a integração latino-americana como um preceito constitucional. Três frases colocadas como epígrafe de um artigo publicado em 1995 em defesa da integração latino-americana evidenciam a importância do tema para o político paulista: “Para a América Latina, a opção é clara: integração ou atraso” (está em sua estátua no principal aeroporto da América Latina, que leva o seu nome, em Guarulhos); “É urgente substituir o isolamento e o conflito pela solidariedade”; e “O verdadeiro desenvolvimento não se conseguirá sem a participação, consciente e organizada, da sociedade civil” (Montoro, 1995).

A primeira frase recupera de certo modo a visão prevalecente já nos anos 1960 em torno da CEPAL, de que a integração regional é fundamental como instrumento da promoção do desenvolvimento latino-americano. A segunda aponta na direção do aprofundamento do projeto em curso nas relações Brasil-Argentina, considerando que o Brasil faz parte da América Latina e precisa aprofundar suas relações com a região e apoiar a solução dos problemas de seus vizinhos, sendo a recíproca igualmente verdadeira. Por fim, a integração latino-americana não deve ser apenas um projeto governamental, mas deve mobilizar amplos setores, aprofundando os vínculos entre a sociedade civil dos diferentes países na direção de uma sociedade latino-americana capaz de defender a democracia em cada país e em toda a região.

Como expressão desse objetivo tem-se, em primeiro lugar, a criação do Memorial da América Latina, inaugurado em 1989, ano seguinte da constitucionalização latino-americana. Mas o projeto era anterior, a proposta de criação havia sido realizada ainda na gestão do governador André Franco Montoro (1983-1987). Na mesma direção do aprofundamento da adesão do país ao projeto de integração, em 1995, aconteceu a criação do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam), que envolve diferentes unidades acadêmicas da Universidade de São Paulo. Do ponto de vista acadêmico, é importante lembrar também a criação, já em 2010, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).

No Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os estudos sistemáticos sobre integração regional ganharam força com a criação da Diretoria de Estudos Internacionais, em 2009. A *Revista Tempo do Mundo* é consequência desse processo.

O instituto tem envidado esforços em relação à integração regional, tendo mantido um escritório na Venezuela entre 2010 e 2014 para apoiar a cooperação técnica entre esse país e o Brasil e realizar estudos de integração produtiva, comercial e física entre os dois. Além disso, tem acompanhado sistematicamente os grupos de trabalho sobre os corredores bioceânicos, produzindo estudos sobre diferentes aspectos da integração de infraestrutura e logística que servem de subsídios para políticas públicas do governo federal e das Unidades da Federação envolvidas nos projetos.

Anos antes de chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Carmem Lúcia Antunes Rocha escreveu: “A norma do parágrafo único do art. 4º não contém apenas mais um princípio, mas uma norma constitucional de conteúdo específico, trazendo uma ordem a ser cumprida pela República, a qual 'buscará a integração’”. E sintetizou: “Tem-se, ali, a constitucionalização do sonho da pátria grande latino-americana. Ela deixou de ser apenas ilusão de idealistas para se converter em diretriz fundamental da República no sentido de se fazer real o quanto antes apenas pensado” (Rocha, 1998, p. 295). Ou seja, a integração latino-americana deve ser entendida como uma obrigação atribuída ao Estado brasileiro, e não uma escolha do governo de turno, ainda que esse possa escolher os instrumentos e as políticas a serem utilizadas para alcançar o objetivo fundamental estabelecido pela Constituição de 1988.

Infelizmente, essas escolhas de políticas podem acabar resultando no refluxo da integração ou em seu rebaixamento na agenda de política externa. Nesse sentido, na década de 2010, houve um retrocesso no movimento integracionista. As crises políticas e econômicas que se abateram sobre a região favoreceram a perda de prioridade da integração regional como política de desenvolvimento. Por sua vez, as polarizações políticas colocaram diferenças ideológicas acima dos interesses comuns que justificam e legitimam a integração, o que permitiu quase o fim da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), o enfraquecimento da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e a fragmentação dos projetos regionais de integração. Em 2023, a integração regional voltou a ser prioridade da política externa do Brasil, o que abre a perspectiva de uma reconstrução e renovação do projeto da integração latino-americana como definido pela Constituição de 1988. Nesse sentido, pode-se comemorar que o atraso desta publicação permitiu que este número saísse em um contexto muito mais favorável ao objeto analisado, pois, nesses cem dias do governo eleito em 2022, o Brasil retornou à Unasul, se reincorporou à Celac, voltou a ter relações com todos os seus vizinhos e trabalhou para evitar um rompimento do Uruguai com o Mercosul.

Sendo assim, a situação da integração sul-americana parece melhor, mas a fragmentação apontada no nº 23 desta revista permanece. Os atuais presidentes da

Argentina e do Equador não se relacionam, assim como os mandatários da Colômbia e do Peru. Os chefes de Estado do Chile e da Venezuela ainda não se falam.

Esta edição nº 30 reúne treze artigos escritos por especialistas de diferentes instituições, com pluralidade temática e metodológica. As contribuições sobre a integração regional sul-americana, latino-americana e caribenha contemplaram múltiplos aspectos, como: os novos desafios da Unasul; o papel central do Brasil como fomentador da integração; a importância da integração de infraestrutura no âmbito regional e amazônico; a ciência e tecnologia no tocante às brechas tecnológicas-regionais; a integração energética; a interculturalidade, entre outros temas de igual relevância. Por se tratar de assuntos fundamentais ao debate sobre desenvolvimento regional, muitos desses tópicos já haviam sido abordados por edições anteriores.

O artigo de abertura desta edição, de Natasha Suñé, advogada e ex-funcionária do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, e Guillaume Long, ex-chanceler do Equador e analista sênior do Center for Economic and Policy Research (CEPR) de Washington, concentra-se na oportunidade renovada da Unasul, observando os antecedentes históricos da integração sul-americana, a fim de destacar a importância de um projeto autônomo e multidimensional, além de analisar o legado da Unasul, seus acertos, erros e vulnerabilidades, para repensar um modelo institucional, levando em conta suas fragilidades, as alternativas existentes para a Unasul e as reformas que devem ser realizadas para garantir a sustentabilidade a longo prazo desse projeto de integração (Suñé e Long, 2022).

O segundo artigo, de Luciano Wexell Severo, professor da Unila, atualmente diretor de articulação institucional do Ministério do Planejamento e Orçamento, trata do protagonismo do Brasil na integração regional nos últimos anos. Analisa o período de omissão brasileira, que coincidiu com sua estagnação econômica (2015-2021), e sistematiza o potencial de revitalização da política externa brasileira para a região (Severo, 2022).

Em seguida, dois artigos debatem aspectos estruturais do desenvolvimento latino-americano. Monika Meireles e Jonatan Badillo-Reguera, ambos da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), propõem a construção de instrumentos teórico-críticos que resgatem a discussão do desenvolvimento econômico de forma articulada ao processo de integração regional na América Latina. Para isso, revisam a evolução histórica das ideias latino-americanas sobre o binômio regionalismo-desenvolvimento, com especial ênfase na contribuição do estruturalismo latino-americano no âmbito de autores vinculados à CEPAL (Meireles e Badillo-Reguera, 2022). Em seguida, Márcio Bobik Braga e Alexandre Ganan de Brites Figueiredo, ambos professores do Prolam da Universidade de São Paulo (USP), analisam o papel da integração econômica regional para o

desenvolvimento econômico da América Latina, tomando como referência as contribuições de Celso Furtado. A partir de elementos teóricos e empíricos (históricos), demonstram que os argumentos de Celso Furtado sobre a integração dos países latino-americanos envolvem uma complexa adequação dos projetos nacionais, econômicos e políticos em torno de um projeto regional (Braga e Figueiredo, 2022). O resgate crítico dos clássicos do estruturalismo latino-americano é fundamental para a adequada atualização e revitalização da institucionalidade de governança regional, especialmente econômica.

O quinto e o sexto artigo debatem os desafios da infraestrutura. Henrique Pissaiá de Souza, doutor pela University of International Business and Economics (Pequim, China), ex-chefe de gabinete do presidente do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), atualmente no New Development Bank, apresenta a infraestrutura como catalisadora da integração, especialmente para planejamento de longo prazo. O autor analisa projetos multinacionais como a Iniciativa Cinturão e Rota e a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) e propõe três maneiras de se realizar a integração sul-americana: i) trabalho conjunto entre as organizações internacionais; ii) a infraestrutura como propulsora da integração; e iii) a liderança do Brasil nesse processo (Souza, 2022). A IIRSA e o Cosiplan já haviam sido debatidos com profundidade no nº 23 da revista (Castro e Cimini, 2020; Virga e Marques, 2020). Já Thais Virga, da Unicamp, e Bárbara Neves, doutoranda e mestra pelo Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, abordam a complexidade do tema dos transportes na Amazônia, avaliando o papel brasileiro para o desenvolvimento desse setor nos oito países amazônicos em uma concertação baseada no trinômio governar-integrar-preservar (Virga e Neves, 2022). Os desafios da Amazônia foram tema central no nº 27 deste periódico, que reuniu quinze artigos sobre a temática (Arteaga e Barros, 2021).

O sétimo artigo trata da integração comercial. Alicia Cechin, pesquisadora da Diretoria de Estudos Internacionais (Dinte) do Ipea, André Filipe Zago de Azevedo, da Universidade de Sussex, e Angélica Massuquetti, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), examinam, por meio de um modelo de equilíbrio geral computável (EGC), os efeitos que a criação de acordos preferenciais de comércio (APCs) com importantes parceiros comerciais do Brasil teria sobre variáveis-chave para a economia, especialmente bem-estar e comércio internacional. Os autores simulam os efeitos de redução de barreiras não tarifárias para o comércio intrarregional, indicando que haveria ganhos para os setores de maior conteúdo tecnológico (Cechin, Azevedo e Massuquetti, 2022).

As relações bilaterais são contempladas no artigo de Carlos Ribeiro Santana, diplomata de carreira brasileiro, que analisa, a partir da perspectiva diplomática e do ponto de vista dos interesses brasileiros, o aumento, nos últimos anos, de investimentos produtivos brasileiros no Paraguai. Nos últimos anos, o Paraguai tem atraído muitas empresas brasileiras por ter mão de obra jovem, legislação trabalhista flexível, custos de produção menores, energia elétrica barata e abundante, estabilidade macroeconômica e proximidade e acesso a dois grandes mercados: Argentina e Brasil. O texto relata o modo de entrada e as motivações dos investimentos brasileiros no Estado guarani, considera os regimes de atração de investimento em vigor no Paraguai e apresenta alguns exemplos de incipiente integração produtiva entre os dois países, identificando benefícios desse movimento de investimento para o relacionamento entre os dois países (Santana, 2022).

A perspectiva científica e tecnológica é contemplada no nono artigo. Lautaro Zubeldia Brenner, da Universidade Nacional José C. Paz, na Argentina, e Maria José Haro Sly, doutoranda na Universidade Johns Hopkins, tratam da produção de vacinas na Argentina e no Brasil. O artigo apresenta dados sobre a assimetria em ciência, tecnologia e inovação (CTI) no Mercosul e compara a região com as duas maiores potências tecnológicas contemporâneas, Estados Unidos e China. Analisa-se a dependência tecnológica no marco da pandemia de covid-19 na região e apresentam-se os casos da Argentina e do Brasil na produção de vacinas. O artigo propõe, ainda, a necessidade de avançar com a implementação de uma agência reguladora de medicamentos do Mercosul, buscando a soberania sanitária para facilitar a produção de medicamentos, insumos e vacinas na região (Brenner e Sly, 2022). As dimensões internacionais das políticas de ciência, tecnologia e inovação foram avaliadas com profundidade no nº 28 deste periódico (Leite, 2022; Neves e Hitner, 2022).

O décimo artigo debate as políticas sociais no Mercosul. Marcelo Mondelli, doutorando na Universidade Nacional de Rosario, na Argentina, traz uma contribuição para a dimensão sociopolítica do bloco com o objetivo de identificar algumas dinâmicas regionais registradas na agenda social e cidadã desde a Cúpula do Mercosul no Paraná, Argentina (2014). São analisadas as decisões e os compromissos assumidos, sua relevância estratégica e os quadros normativos acordados, em que são destacados os aspectos relacionados com a temática laboral, mobilidade laboral, saúde e, em particular, migrações. A evolução dos compromissos assumidos a nível intergovernamental no Mercosul marca os contornos estratégicos, as limitações e as oportunidades que esse espaço regional apresenta (Mondelli, 2022).

Daniel Mendes, doutorando no Prolam/USP, discute o papel da cultura na integração ao analisar em perspectiva comparada dois programas de interculturalidade.

O IberCultura Viva, desenvolvido pela Secretaria Geral Ibero-americana (Segib), e o Mestizo, desenvolvido pelo British Council, são debatidos a partir da perspectiva do antropólogo argentino Néstor García Canclini. Entre os relevantes resultados obtidos, destaca-se a percepção dos diversificados espaços comuns criados por ambas as iniciativas, que possibilitam muito mais que meras misturas culturais (Mendes, 2022).

A questão energética e a cooperação liderada pela Venezuela na década de 2000 são analisadas por Gustavo Menon, professor da Universidade Católica de Brasília, no décimo segundo artigo deste número, sobre a Petrocaribe. Inicialmente, aborda-se a configuração da Petrocaribe durante as disputas dos projetos de integração econômica presentes na América Latina entre o final dos anos 1990 e a transição para os primeiros anos do século XXI, especialmente os modelos de integração concebidos pela Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América-Tratado de Comércio dos Povos (Alba-TCP). Em seguida, explana-se a natureza do projeto político da Petrocaribe, destacando o protagonismo da Venezuela para a integração energética na região do Caribe e, ao mesmo tempo, sendo ator central na temática de integração energética no subcontinente. Por fim, apresenta-se um breve balanço dos dez anos de atividade do bloco, delimitando seus desafios e contribuições em um cenário de queda dos preços do barril de petróleo no mercado internacional (Menon, 2022). Um quadro aprofundado da economia venezuelana, incluindo seu diagnóstico, desafios e propostas de superação pode ser encontrado no nº 23 desta publicação (Rodríguez e Guerrero, 2020).

Por fim, o décimo terceiro artigo aborda a experiência brasileira no Haiti. Rodrigo Fernando Gallo, pós-doutorando no Prolam/USP, analisa a transferência internacional de políticas públicas brasileiras dentro da lógica da política externa no que diz respeito às ações paralelas à Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti – Minustah), de 2004 a 2017. Busca-se compreender como a agenda nacional foi articulada para o plano externo, tendo o Haiti como destino, bem como identificar os principais pontos críticos desse processo de integração. Debate a hipótese de que o Ministério das Relações Exteriores procurou aproveitar a janela de oportunidades aberta pela missão de paz, dada a importância do Brasil para a operação, como forma de ampliar a cooperação internacional com o Haiti, por meio da transferência de políticas públicas, para, assim, demonstrar capacidade de solucionar as causas primárias que produzem conflitos, como a pobreza – ainda que os resultados sejam passíveis de críticas (Gallo, 2022).

Este nº 30 da *Revista Tempo do Mundo* completa o terceiro ano de publicações quadrimestrais. Em 2020, foram tratados os dez anos do BRICS, a integração e a fragmentação da América do Sul e as relações entre América Latina

e China. Em 2021, discutiu-se o Brasil na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), políticas públicas comparadas para a retomada pós-covid-19 e os desafios da Amazônia. Além desta edição sobre América do Sul, Latina e Caribe, foram apresentadas reflexões sobre as dimensões internacionais das políticas de ciência, tecnologia e inovação e financiamento ao desenvolvimento. Em 2023, a revista trará três novos temas: Cooperação Sul-Sul, segurança, integração e transição energética justa; e análise de política externa. Espera-se que o conjunto desses doze números contribua para o diálogo entre acadêmicos e formuladores e executores de políticas públicas, a fim de aprimorar a inserção internacional do Brasil.

REFERÊNCIAS

ARTEAGA, R.; BARROS, P. S. Los desafíos de la Amazonía: una introducción. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 5-11, 2021. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm27presentacion>>.

BRAGA, M. B.; FIGUEIREDO, A. G. B. Integração e desenvolvimento econômico da América Latina: uma interpretação das contribuições de Celso Furtado. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 121-142, 2022. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm30art4>>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<https://bit.ly/34nuKQF>>.

BRENNER, L. Z.; SLY, M. J. H. La brecha tecnológica regional y el caso de la producción de vacunas en Argentina y Brasil. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 253-288, 2022. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm30art9>>.

CARVALHO, P. N. de; SENHORAS, E. M. Crise do regionalismo sul-americano: discussões sobre integração, fragmentação e desintegração. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 61-92, 2020. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm23art3>>.

CASTRO, A. C.; CIMINI, F. El financiamiento de la integración infraestructural sudamericana: las dificultades institucionales de constitución de un nuevo arreglo financiero regional. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 123-147, 2020. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm23art5>>.

CECHIN, A.; AZEVEDO, A. F. Z.; MASSUQUETTI, A. Efeitos da integração brasileira com importantes parceiros comerciais a partir de um modelo de equilíbrio geral computável. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 201-226, 2022. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm30art7>>.

FILIPPI, E. E.; MACEDO, M. V. A conversão do TCA em OTCA e as dificuldades remanescentes. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 191-214, 2021. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm27art7>>.

GALLO, R. F. A missão de paz do Haiti (2004-2017) como oportunidade de integração: transferência internacional de políticas públicas como ação de política externa. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 365-396, 2022. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm30art13>>.

JUNQUEIRA, C. G. B.; NEVES, B. C.; SOUZA, L. E. S. Regionalismo sul-americano nos anos 2020: o que esperar em meio às instabilidades políticas? **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 93-122, 2020. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm23art4>>.

LEITE, I. Cooperating in asymmetric contexts: an interdisciplinary approach to ST&I negotiations involving developing countries. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 111-132, 2022. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm28art4>>.

MARIANO, K. L. P.; RIBEIRO, C. C. N. A pluralidade institucional como ferramenta política na América do Sul: sobreposições organizacionais e fragmentação regional. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 35-59, 2020. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm23art2>>.

MEIRELES, M.; BADILLO-REGUERA, J. Binômio regionalismo-desenvolvimento: contribuições teóricas do estruturalismo latino-americano. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 89-120, 2022. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm30art3>>.

MENDES, D. A interculturalidade como forma de integração da América Latina: um estudo dos programas IberCultura Viva e Mestizo. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 323-342, 2022. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm30art11>>.

MENON, G. A integração energética do petróleo na América Latina: breves notas sobre a formação da Petrocaribe. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 343-364, 2022. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm30art12>>.

MONDELLI, M. Paraná social: legados, desafios y oportunidades para el devenir del Mercosur. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 289-322, 2022. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm30art10>>.

MONTORO, A. F. Integração da América Latina em um mundo multipolar. **Revista de Informação Legislativa**, v. 32, n. 128, p. 5-13, out./dez. 1995. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176405/000506868.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

NEVES, F.; HITNER, V. Global changes in production, distribution and legitimization of scientific knowledge: consequences for Brazil. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 133-150, 2022. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm28art5>>.

ROCHA, C. L. A. Constituição, soberania e Mercosul. **Revista de Informação Legislativa**, v. 35, n. 139, p. 283-304, jul./set. 1998. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/411/r139-26.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>.

RODRÍGUEZ, F.; GUERRERO, G. Toward sustainable human development in Venezuela: diagnosis, challenges and economic strategy. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 285-343, 2020. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm23art11>>.

SANTANA, C. R. O Paraguai como destino de investimentos produtivos brasileiros. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 227-252, 2022. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm30art8>>.

SEVERO, L. W. La retomada de Brasil como locomotora de la integración. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 63-88, 2022. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm30art2>>.

SEVERO, L. W.; LIMA, M. K. M. Los 15 años del Focem. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 255-284, 2020. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm23art10>>.

SOUZA, H. P. Integração da América do Sul: a infraestrutura como um catalisador da integração. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 143-162, 2022. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm30art5>>.

SUÑÉ, N.; LONG, G. Unasur, una oportunidad renovada. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 21-62, 2022. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm30art1>>.

VIRGA, T.; MARQUES, T. C. A. A integração física sul-americana no período recente (2000-2020): situação, continuidade, inflexão e reversão. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 149-180, 2020. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm23art6>>.

VIRGA, T.; NEVES, B. C. Infraestrutura de transportes e o papel brasileiro na Amazônia sul-americana, uma concertação necessária: governar, integrar, preservar. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 163-200, 2022. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/rtm30art6>>.